

As propostas do governo brasileiro para Itaipu

Resposta do governo às reivindicações do Paraguai é apresentada por embaixador à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. **8**



Representação Brasileira: deputada Íris de Araújo, senadora Marisa Serrano, Romeu Tuma, Mesquita Júnior e Pedro Simon (último à esquerda)

Gerardo Magela

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 2.957 – Brasília, terça-feira, 10 de fevereiro de 2009

Líderes devem definir critérios para presidência de comissões

Líderes partidários podem se reunir no fim da tarde de hoje para decidir qual critério será adotado para eleição dos presidentes e vices das 11 comissões permanentes do Senado. José Agripino, do DEM, afirmou ontem à imprensa que as lideranças "devem adotar o mesmo critério" acertado na semana passada para a eleição da Mesa da Casa, em que os cargos foram preenchidos com base na proporcionalidade partidária. Ou seja: os partidos com as maiores bancadas têm prioridade na escolha. Após a definição do comando das comissões, os partidos indicam os integrantes de suas bancadas que disputarão a presidência e a vice. **3**



A reunião de líderes, no último dia 3, quando foram acertados os critérios para distribuição de cargos na Mesa diretora

MPs bloqueiam produção legislativa, afirma Papaléo

Segundo Papaléo Paes, a produção do Congresso só não é maior em função do excessivo número de medidas provisórias, que trançam a pauta de votações do Plenário. **2**

Senadores homenageiam Chagas Rodrigues

Trajetória política de ex-senador e ex-vice-presidente da Casa foi destacada por diversos oradores em Plenário. **5**

Primeiro projeto amplia direitos do consumidor

O primeiro projeto de lei apresentado em 2009 no Senado é de autoria de Expedito Júnior e institui normas para fabricantes de produtos alimentícios e de vestuário. **6**

Levantamentos iniciais de assessorias do Congresso mostram que há em torno de 60 pontos que dependem de leis complementares para entrar em vigor

Garibaldi quer regulamentar todos artigos da Constituição

O SENADOR GARIBALDI Alves (PMDB-RN) apresentou na sexta-feira requerimento para que seja criada uma comissão temporária de senadores para estudar quais artigos da Constituição ainda dependem de regulamentação para que direitos fundamentais dos cidadãos entrem em vigor. Se aprovado o pedido, a comissão, com 11 senadores titulares e 11 suplentes, terá de apresentar até o fim deste ano os projetos de regulamentação.

A Câmara dos Deputados criou uma comissão idêntica e o presidente Lula informou, em outubro último, que faria o mesmo no Executivo. Levantamentos iniciais de assessorias do Congresso já apontaram que o número de artigos da Carta que ainda dependem de regulamentação gira em torno de 60. Tramitam no Senado e na Câmara dezenas de projetos com

esse objetivo.

Greve

Um dos artigos mais conhecidos que dependem de regulamentação trata do direito de greve no serviço público (artigo 37, inciso 7º). Deputados e senadores afirmam que a pressão dos servidores públicos impediu até hoje, 20 anos depois de promulgada a Constituição, a aprovação da lei da greve. Em outubro de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, enquanto não for aprovada a regulamentação pelo Congresso, vale para os servidores a legislação aplicada aos trabalhadores de empresas privadas.

Também depende de lei o inciso 5º do mesmo artigo 37 da Constituição, que definirá os cargos de confiança da administração pública que devem ser preenchidos apenas com servi-

dores concursados ou podem ser ocupados por funcionários comissionados. Na área partidária, dependem de regulamentação artigos sobre sistema eleitoral e fidelidade partidária. Na área tecnológica, ainda esperam lei complementar assuntos como interceptação telefônica.

Municípios

Outro ponto que aguarda regulamentação trata da criação de municípios, suspensa desde 1996. A instituição de um plano complementar de aposentadoria de servidores públicos, prevista desde 2003 na Constituição, enfrenta as primeiras votações na Câmara e, para entrar em vigor, também terá de passar pelo Senado.

O artigo 192 da Constituição exigia uma única lei complementar para regulamentar todo o Sistema Financeiro Nacional.

Agenda

Plenário analisa projeto de conversão

A sessão deliberativa, às 14h, tem como primeiro item da pauta a discussão de projeto de lei de conversão que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal.



Garibaldi sugere criação de comissão com 11 senadores titulares e 11 suplentes

Por englobar assunto tão amplo, não houve acordo partidário que levasse à regulamentação por 15 anos e, em 2003, o Congresso acabou por modificar a Constituição para permitir que isso ocorra em várias leis complementares.

O elevado número de artigos constitucionais que dependem de regulamentação se deve, em parte, na opinião do consultor legislativo do Senado Marcos Santi, ao acirramento entre os constituintes conservadores e os progressistas.



Papaléo Paes lembra que MPs bloquearam 60% das sessões em 2008

Casa não produz mais por causa de MPs, diz Papaléo

A produção legislativa do Congresso Nacional só não é maior em razão do excessivo número de medidas provisórias editadas pelo Executivo que tranca a pauta de votações do Plenário e impede os parlamentares de aprovar projetos. Foi o que afirmou ontem o senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

– Se a Casa não produziu mais do que deveria foi por causa das medidas provisórias que usurpam o dever, o direito e a função do Legislativo – explicou.

O senador criticou mais uma vez o governo pela quantidade de MPs que, quase sempre, não respondem aos preceitos constitucionais de urgência e relevância. Ele reclamou da atitude do presidente Lula de culpar a oposição por não votar matérias importantes para o país no Congresso e elogiou a posição de Garibaldi Alves quando exercia a Presidência do Senado, que devolveu a MP das Filantrópicas.

Papaléo mencionou que a primeira sessão deliberativa do Plenário, prevista para ocorrer hoje, já estará com a pauta obstruída pelo PLV 31/08, originário da MP 445/08, que visa injetar dinheiro na construção civil para produzir moradias, como parte do pacote anticrise do governo.

O parlamentar também registrou que, apesar de mais de 60% das sessões deliberativas terem sido bloqueadas em 2008 devido às MPs, o Senado aprovou matérias importantes, como o piso salarial dos professores (PLS 59/04); a exclusão dos recursos da área da Educação do cálculo da Desvinculação de Receitas da União (PEC 93/06); a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses (PLS 281/05); e a regulamentação da Emenda 21, que prevê mais recursos para a Saúde e aguarda análise da Câmara (PLS 212/08).

Cristovam cobra atuação contra a desigualdade

Ao comentar texto de Marina Silva (PT-AC), publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, e também se referir ao aniversário de 120 anos de instituição do regime republicano no país, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou da Casa uma atuação mais voltada para o equacionamento dos principais problemas brasileiros.

– O Senado não pode se deixar fechar outra vez para que a gente faça as revoluções necessárias para completar a República, inclusive aqui dentro, porque somos uma Casa que se diz republicana, mas onde nos tratamos por excelências, por nobres – disse Cristovam, recordando o episódio de fechamento do Parlamento Brasileiro pelos militares durante a Proclamação da República em 1889.

O senador criticou a elevada desigualdade social existente na sociedade brasileira em áreas como educação e saúde. Ele lamentou o fato de os filhos da classe política não estudarem nas escolas do povo, “nas escolas dos filhos dos nossos eleitores” e tenham acesso a serviços de saúde diferenciados.

– Que república é essa que, quando ficamos doentes, temos um tratamento completamente diferente daquele tratamento que tem o povo? – indagou, alertando para a necessidade de o Brasil realizar importantes modificações em suas instituições para que se transforme em uma verdadeira república.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu a Cristovam pelos elogios ao artigo de Marina Silva.

Cristovam também anunciou a realização de sessão especial do Senado para comemorar os cem anos do nascimento do arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara.



Cristovam pede mudanças para que país seja República de fato



Suplicy enviou carta a Sarney pedindo cuidado com “gastos vultosos”

Suplicy sugere cautela com obras do Senado

Carta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao presidente do Senado, José Sarney, pedindo cautela com “gastos vultosos” em eventuais obras na Casa, levou a um protesto por parte do 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), e de Papaléo Paes (PSDB-AP), integrante da Mesa diretora como 1º suplente no biênio 2006-2008.

O protesto se deu durante discurso de Suplicy na tarde de ontem – ocasião em que o documento foi lido pelo parlamentar petista. Nele, Suplicy fez menção à reportagem do jornal *Correio Braziliense*, em que se afirma “que o 1º secretário, senador Heráclito Fortes, está disposto a construir um novo anexo para o Senado Federal orçado em R\$ 140 milhões”. Heráclito também teria dito ao jornalista, conforme a reportagem, “que pode ser levado adiante o velho sonho de construir mais um prédio com o dinheiro arrecadado com a eventual venda por R\$ 200 milhões da gestão da folha de pagamento dos servidores para algum banco”.

Apesar de o senador por São Paulo ter classificado a carta como “observação construtiva”, Heráclito reagiu afirmando que Suplicy foi “leviano” ao escrever carta a Sarney sem antes consultá-lo sobre a veracidade do conteúdo da matéria.

– Vossa Excelência expôs um colega e o Senado – reclamou o 1º secretário.

Heráclito disse que apenas teve “uma conversa informal” com o repórter do *Correio Braziliense*, e que não foi tomada nenhuma decisão sobre obras na Casa.

Suplicy considerou desnecessariamente agressivas as palavras de Heráclito, uma vez que não teria dado como certas as obras, mas apenas feito um alerta sobre a necessidade de debate sobre o assunto.

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS se reunirão no final da tarde de hoje para definir qual critério deve ser adotado para eleição dos presidentes e vices das 11 comissões permanentes do Senado. As votações serão realizadas nos próximos dias e, enquanto não houver eleições, as comissões não podem se reunir para discutir e votar projetos.

O senador José Agripino (RN), líder do DEM, afirmou ontem à imprensa que as lideranças devem adotar o mesmo critério decidido na semana passada para a escolha da Mesa da Casa, em que os cargos foram preenchidos com base na proporcionalidade partidária. Ou seja: as legendas com as maiores bancadas têm prioridade na escolha das comissões.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também já manifestou à imprensa que defende o critério da proporcionalidade. Lembrou que, por este critério, o PSDB será o terceiro a escolher uma comissão, depois do PMDB (maior partido, com 23 senadores) e do DEM (segundo maior, com 14).

José Agripino reafirmou que seu partido pretende presidir, por mais uma sessão legislativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), caso o maior partido, o PMDB, escolha a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Quarto partido com maior número de senadores, o PT será o seguinte a escolher a presidência de uma comissão.

Após a decisão sobre a distribuição dos colegiados, os partidos indicarão os senadores de sua bancada que disputarão a presidência e a vice. Acordo partidário, no entanto, não significa que não possa surgir mais de um candidato aos postos.

Disputa

Arthur Virgílio vem questionando, em entrevistas, a notícia de que o PTB pretende disputar a presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), indicando para o cargo o senador Fernando Collor (AL). O PSDB pretende indicar o senador Eduardo Azeredo (MG). Conforme notícias dos últimos dias, a designação de Collor faria parte de um acordo que levou o PTB a votar no senador José Sarney (PMDB-AP) para presidente do Senado.

As 11 comissões permanentes da Casa são as de Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais (CAS); Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esporte (CE); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); Relações Exteriores e Defesa Nacional; Serviços de Infra-Estrutura (CI); Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Líderes definem hoje critério para a eleição de presidentes das comissões

Votações para escolha dos dirigentes dos colegiados permanentes do Senado deverão ser realizadas nos próximos dias. Enquanto isso, comissões não poderão se reunir para deliberar sobre proposições

CAE



Márcio Kalume

CAS



José Cruz

CCJ



Márcio Kalume

CE



Márcio Kalume

CMA



Roque de Sá

CDH



José Cruz

CRE



Roque de Sá

Compete às comissões permanentes da Casa, entre outras tarefas, emitir e votar projetos, podendo inclusive deliberar sobre alguns deles em caráter terminativo; convocar ministros de Estado; convidar autoridades e representantes da sociedade civil para prestar informação ou manifestar opinião sobre assunto em discussão no órgão; realizar audiências públicas; propor sustação de atos normativos do governo; promover diligências; receber reclamações de cidadãos contra atos ou omissões de autoridades e órgãos públicos.

CI



Genildo Magalhães

CDR



Márcio Kalume

CRA



Roque de Sá

CCT



Roque de Sá

Quase 400 projetos estão em tramitação na CAE

Medidas em defesa dos consumidores, a regulação das atividades financeiras ou orçamentárias dos governos e alterações tributárias estão entre as quase 400 matérias em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) neste início de ano.

Mais de cem projetos estão prontos para votação, mas isso depende da permanência no colegiado, neste novo biênio, dos senadores que analisaram essas propostas. Como os líderes partidários ainda estão por indicar os representantes de suas bancadas nas comissões técnicas da Casa (os novos presidentes também não foram escolhidos), eventuais mudanças podem resultar na troca do relator e, em consequência, na elaboração de novo relatório.

Em tramitação na CAE estão matérias que já foram debatidas e só dependem de acordo para serem votadas. Essa é a situação do PLS 273/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que assegura ao empregado par-

ticipar do capital da empresa onde trabalha utilizando o saldo de sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O texto conta com relatório favorável à aprovação, preparado por Mão Santa (PMDB-PI), na forma de um substitutivo, mas o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou voto em separado, pela rejeição.

"Malha fina"

Do total de matérias, 349 são projetos de lei do Senado, muitos ainda sem relator designado. Entre esses, está a proposta (PLS 493/08) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) para tornar obrigatória a comunicação ao contribuinte da retenção de sua declaração do Imposto de Renda na "malha fina", com informação de motivo e prazo para os esclarecimentos necessários, antes de qualquer multa.

Também estão na pauta da CAE o projeto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que unifica

a hora legal em todo o território brasileiro (PLS 486/08); a proposta de Expedito Júnior (PR-RO) que amplia para dois anos o prazo de prescrição dos prêmios de loteria (PLS 365/08); e o PLS 444/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que proíbe o governo de contingenciar (bloquear) dotações orçamentárias da área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.

Câmara

Outras 20 matérias são originárias da Câmara dos Deputados, como o PLC 127/07, que define a abrangência da franquia de bagagem para passageiros das companhias aéreas.

Ainda na área dos direitos do consumidor, o PLC 51/08 disciplina os anúncios de venda de carros usados, tornando obrigatório informar o ano de fabricação, modelo, números de placa e de chassi, para que o comprador tenha condições de verificar restrições nos órgãos de trânsito, fraudes ou mesmo

a existência do veículo.

Também na CAE há matérias que se caracterizam por longo processo de tramitação no Congresso, caso do PLC 151/01, que se destina a fechar brechas abertas na legislação criada para preservar o único imóvel da família (Lei 8.009/90), tornando esse bem impenhorável (não sujeito a tomada, por decisão judicial, como pagamento de dívida).

Apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) quando ele ainda integrava a Câmara dos Deputados, a matéria chegou ao Senado em 2001, tendo sido despachada inicialmente para a CCJ. Desde então, requerimentos para que o processo tramitasse em conjunto com matérias de mesmo teor e fosse também analisado pela CAE influíram para o lento andamento. A constante obstrução da pauta do Plenário por medidas provisórias (MPs) e outras matérias prioritárias foram decisivas para o atraso no exame dos requerimentos.

Ao comentar notícia do jornal *Folha de S. Paulo* sobre divulgação de encarte na *Foreign Affairs*, líder do Democratas diz que vai levantar "quem pagou e com que recursos foi pago"

Agripino critica publicação do governo em revista dos EUA

O SENADOR JOSÉ Agripino (DEM-RN) comentou ontem notícia divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o governo Lula teria pago a publicação, na revista norte-americana *Foreign Affairs*, de um encarte com propaganda de cunho eleitoral. Os recursos para a publicação do encarte, conforme o jornal, teriam saído da Petrobras e do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– Nós temos a obrigação de fazer esse tipo de análise e denunciar ao país. Eu vou tomar a iniciativa de levantar quem pagou, com que recursos foi pago esse encarte na revista *Foreign Affairs*, para que o Brasil saiba o que o governo está fazendo realmente em matéria de poupança e de contenção do gasto público – afirmou.

Agripino disse que o encarte faz propaganda de brasileiros que são candidatos e são citados de forma "altamente elogiosa". Na opinião do senador, muitas das medidas tomadas pelo governo Lula para com-



José Agripino aponta "aumento do gasto público de má qualidade"

bater os efeitos da crise financeira internacional visam apenas ganhar tempo para inocular o vírus da retomada da confiança. Ele assinalou que o que se vê é o aumento do gasto público de má qualidade.

Campanha

Lembrando a insistência do governo na importância do Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC) para o enfrentamento da crise pelo país, Agripino afirmou que o PAC vai dar uma contribuição, mas está longe de ser a fundamental. Para ele, o objetivo real do governo é poder dizer, na campanha de 2010: "Aqui está a saída da crise. Foi por aqui. Se você quiser continuar com o Brasil gigante, vote neste candidato".

O líder do Democratas ressaltou que o governo anunciou recursos para empréstimos do BNDES, privilegiando empresas que atuam no PAC. Em seguida, recordou o senador, o Executivo, por meio da ministra Dilma Rousseff, "candidata declarada à Presidência da República", anunciou mais R\$ 150 bilhões para o PAC.

O parlamentar citou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para demonstrar que, nos primeiros anos, o governo conseguiu empenhar ou gastar apenas R\$ 15 bilhões, menos que a metade dos R\$ 35 bilhões prometidos para o PAC, que tem anunciado um total de recursos de R\$ 600 bilhões.

Jefferson Praia propõe entendimento para minimizar efeitos da crise

"Esta é a hora do entendimento entre o governo (nos três níveis da Federação), trabalhadores e empresários: cada um deve ceder para todos ganharem", receitou Jefferson Praia (PDT-AM) ao avaliar medidas que o Brasil deve adotar para minimizar os efeitos da crise econômica mundial. Ele defendeu a necessidade de o país lutar para que o desemprego não aumente.

Na opinião do senador, este é o momento da criatividade, da rapidez, das parcerias e do melhor aproveitamento dos recursos na geração de trabalho, emprego e renda. Ele propôs que os governos intensifiquem a qualificação e capacitação profissional, principalmente no contexto do empreendedorismo.

– Esta é a hora de estimularmos aqueles que mais geram trabalho, emprego e renda, que são as micro

e pequenas empresas. Um ótimo caminho para isso são as compras governamentais. Comprando dessas empresas, os governos estarão injetando recursos na economia local, estimulando o consumo e fortalecendo o emprego – afirmou.

Algumas medidas adotadas antecipadamente pelo governo foram consideradas importantes por Jefferson Praia, como o lançamento, há dois anos, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele também aplaudiu a ampliação dos investimentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a redução da taxa Selic (média de juros que o governo paga por empréstimos tomados dos bancos).

Sobre a queda de um avião Bandeirantes no rio Manacapuru, no Amazonas, no sábado, o senador



Jefferson Praia: trabalhadores, governo e empresários precisam evitar desemprego

apelou ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) que proceda a uma investigação rigorosa para descobrir as causas do acidente, que matou 24 pessoas.

– Não podemos admitir que de vez em quando caia um avião na Amazônia – declarou.

Efraim pede exame criterioso do caso Cunha Lima

Efraim Moraes (DEM-PB) defendeu ontem o exame criterioso do processo em que o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, é acusado de executar programas sociais sem leis orçamentárias e de uso promocional do programa Ciranda de Serviços. Em breve, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá retomar o julgamento do pedido de cassação de Cunha Lima, que foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba.

Conforme o senador, tanto no TRE quanto no TSE, ao qual o governador recorreu da decisão da corte regional, não se tem dado atenção aos termos da defesa do chefe do Executivo da Paraíba, que teria provado a existência das leis orçamentárias e mostrado que não se comprovou o uso eleitoral do Ciranda de Serviços.

"Fui condenado pela suposta inexistência de leis e de orçamen-



Governador da Paraíba provou existência de leis que autorizam gastos, diz Efraim

tos para a execução de programas sociais, mas as leis e os orçamentos existem. São as Leis 7.020, de 22 de novembro de 2001, e 7.611, de 30 de junho de 2004, que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobre-

Educação é alvo da Ordem DeMolay, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou em Plenário que o aprimoramento do ensino público será o objetivo principal dos projetos filantrópicos que as células da Ordem DeMolay desenvolverão em 2009. A decisão foi tomada por mais de 90 congressistas, vindos de 14 estados brasileiros, que participaram da I Congregação Nacional da Liderança Juvenil da Ordem DeMolay, realizada em Brasília no dia 31 de janeiro.

A abertura da congregação ocorreu na sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Na ocasião, o chefe da Coordenadoria de Assuntos Políticos do Governo do Distrito Federal, Adelson Júlio Cardoso, informou que o governador José Roberto Arruda sancionou o Dia DeMolay no DF, a ser comemorado anualmente em 18 de março.

– Tenho certeza que, se a sociedade brasileira conhecesse mais a Ordem DeMolay, teríamos mais jovens empenhados em se debruçar sobre o futuro do país. Faz falta, hoje, ver

ensinados e cultivados nos lares as virtudes cardeais, que são o amor filial, a reverência pelas coisas sagradas, a cortesia, o companheirismo, a fidelidade, a pureza e o patriotismo – opinou Mozarildo.

A Ordem DeMolay é uma organização de caráter filosófico e filantrópico que reúne jovens entre 12 e 21 anos. Seu foco é a formação de líderes e cidadãos. Criada em 1919 pelo maçom Frank Sherman Land, ela é patrocinada e apoiada pela Maçonaria. A ordem é inspirada na história de Jacques DeMolay, 23º e último Grão-Mestre da Ordem dos Templários. Ele foi perseguido pela Inquisição e executado por não entregar seus companheiros ou faltar com fidelidade a seus juramentos, após ser acusado de diversos crimes.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter sentido orgulho pelo convite para falar na Congregação Nacional. Ele observou que, se mais jovens brasileiros se dispusessem a discutir o país com seriedade, como ocorreu no evento, um melhor futuro para a nação estaria assegurado.

Dornelles defende alunos de Valença e Vassouras

Ao usar a palavra como líder do PP, o senador Francisco Dornelles (RJ) pediu ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que seja mantido o vestibular de 2009 dos cursos de Medicina dos municípios fluminenses de Vassouras e Valença. Os cursos foram proibidos de admitir novos alunos enquanto não cumprirem exigências feitas pelo ministério.

De acordo com o senador, os vestibulares já haviam sido realizados quando foi divulgada a sanção imposta pelo MEC. Ele pediu que os alunos já selecionados não sejam impedidos de iniciar o curso. E lembrou que muitos deles desistiram de ir para outras escolas, optando por uma das duas faculdades.

Dornelles afirmou que as instituições tomarão conhecimento das sanções pelos jornais, em 28 de janeiro. Para ele,



Dornelles: preocupação com os vestibulandos de 2009

trata-se de uma distorção, já que as faculdades deveriam ser as primeiras a receber a informação.

O senador fez a solicitação diretamente ao ministro, uma vez que, em sua visão, a secretária de Educação Superior do ministério, Maria Paula Dallari Bucci, tem "uma posição ideológica profunda contra o ensino privado".

– Se depender dela, todas as faculdades privadas serão fechadas – assinalou Dornelles.

Senado realiza hoje sua primeira sessão deliberativa e deve analisar MP que dispensa a Caixa Econômica de recolher parte de dividendos e juros

Plenário inicia deliberações com pauta trancada

O SENADO REALIZA hoje sua primeira sessão deliberativa do ano com a pauta trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 31/08, proveniente da Medida Provisória 445/08.

A MP – terceira editada pelo governo para combater os efeitos da crise financeira mundial no Brasil – autoriza a União a dispensar a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio referentes ao período de 2008 a 2010, em montante a ser definido pelo Ministério da Fazenda.

Será respeitado o recolhimento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. O dinheiro não repassado ao cofre do Tesouro será utilizado para a cobertura de 35% do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro destinadas às empresas de construção civil.

Somente serão beneficiados os empréstimos destinados à construção habitacional. A Caixa deverá encaminhar ao Congresso, até o último dia útil do mês subsequente, relatório semestral sobre as operações contratadas.



Pauta de hoje tem 60 itens, entre os quais a PEC que autoriza brasileiros residentes no exterior a eleger deputados federais

A MP tem como objetivo incrementar a construção de moradias mediante a oferta de facilidades para o crédito destinado ao capital de giro

dessas empresas, de acordo com justificativa do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Na prática, a medida significa uma ampliação dos recursos

destinados às empresas de construção civil que estão com dificuldades de acesso ao crédito. O objetivo é capitalizar essas empresas para dar continuidade

de às construções de unidades residenciais.

Emendas

A pauta de hoje inclui outros 59 itens, entre os quais as propostas de Emenda à Constituição 5/05 (que permite a brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais) e a 29/03 (que institui avaliação de indicadores de responsabilidade social). Essa última PEC é considerada o passo inicial para que venha a ser instituída uma Lei de Responsabilidade Social.

Outras quatro PECs poderão ser votadas em primeiro turno. A 48/03 determina que a aplicação de recursos destinados à irrigação para o Centro-Oeste e o Nordeste deverá durar 30 anos, prorrogando o prazo previsto em vigor, de 25 anos. As PECs 38/04 e 86/07 transformam em aberto o voto no Legislativo para a cassação de mandato de parlamentar. Já a PEC 50/06 determina que todas as votações na Câmara, no Senado e demais deliberações do Congresso Nacional deverão ser feitas pelo voto aberto dos parlamentares.

“Homem público” é lembrado por vários senadores

Eduardo Suplicy (PT-SP) também ocupou a tribuna, ontem, para lamentar a morte do ex-senador e ex-governador do Piauí Chagas Rodrigues, de quem se tornou amigo em 1991, após ser eleito pelo estado de São Paulo. O senador afirmou que nesse período chegou a declarar que estaria disposto a atuar para que o Partido dos Trabalhadores apoiasse Rodrigues se este viesse a ser candidato novamente ao governo do estado.

Depois de historiar toda a ação política de Chagas Rodrigues, desde a década de 50, Suplicy observou que o governador do Piauí, Wellington Dias, decretou luto oficial de três dias para homenagear o ex-senador e ex-governador.

Admiração

Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que “desde muito cedo” aprendeu a admirar Chagas Rodrigues, “já porque era um homem público no pleno sentido da palavra, já porque também era uma pessoa extremamente preocupada com a solução dos problemas do Nordeste”. Por sua vez, Valter Pereira (PMDB-MS) disse que desde 1960 acompanhava a trajetória do ex-governador, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente.

Heráclito Fortes (DEM-PI) declarou que “como piauiense e como cidadão” não podia deixar de manifestar o seu “profundo pesar” pelo desaparecimento do ex-governador e ex-senador da República.

HOMENAGEM



Chagas Rodrigues (E) foi governador do Piauí, deputado federal e senador. Em seu mandato, ocupou a Vice-Presidência da Casa

Mão Santa presta homenagem a Chagas Rodrigues

Ao discursar em Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) prestou homenagem à memória do ex-senador e ex-governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, falecido no último sábado, em Brasília, aos 86 anos. Também foi aprovado pelo Plenário voto de pesar – assinado por Mão Santa, Heráclito Fortes (DEM-PI), João Vicente Claudino (PTB-PI), Marco Maciel (DEM-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ppapaléo Paes (PSDB-AP) e outros senadores – pelo falecimento do político piauiense.

Chagas Rodrigues era viúvo, e deixa quatro filhos – José Alexandre, Almira, Teresa e Conceição. Ele havia sofrido vários AVCs (acidente vascular cerebral) e morreu durante cirurgia no Hospital Santa Lúcia. Além de senador, foi deputado federal por vários mandatos e governador do Piauí entre 1959 e 1962.

O governador do Piauí, Wellington Dias, decretou luto oficial por três dias, bem como as prefeituras de Teresina e Parnaíba, cidade natal do político. Chagas Rodrigues foi vice-presidente do Senado e

seu último mandato eletivo foi exercido entre 1987 e 1995.

Mão Santa elogiou a trajetória política de Chagas Rodrigues, principalmente como governador do Piauí, cargo no qual foi empossado com apenas 37 anos. Também destacou a integridade e competência do conterrâneo, leu trechos de poesias escritas por Chagas Rodrigues e lembrou que o então deputado federal teve seu mandato cassado durante a ditadura. Segundo Mão Santa, com a morte de Chagas Rodrigues o “Piauí ficou mais pobre”.

Garibaldi diz que político era um conselheiro

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lembrou que, quando, em 1991, assumiu seu primeiro mandato, conheceu Chagas Rodrigues já idoso, mas ainda muito vigoroso na vontade de servir ao Piauí.

– Eu, que gosto de ter conselheiros, me aproximei do senador Chagas Rodrigues porque vi nele um conselheiro natural – observou o senador.

Garibaldi Alves recordou que, ao chegar ao Senado, havia sido prefeito e deputado estadual por quatro mandatos, sem a experiência de governador, e daqui saiu para disputar o governo do Rio Grande do Norte em 1994.

– Encontrei nele esse homem bom, compreensivo e atencioso que não deixava de me aconselhar e de me orientar. De modo que tenho dele aquela lembrança inapagável, que marca.

Argumentando que todo político deve ter o dom público de servir, o ex-presidente do Senado afirmou ser testemunha, “de perto”, de como Chagas Rodrigues serviu bem ao seu estado, o Piauí.

Prioridade para professor receber Imposto de Renda

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) determinando que os contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério tenham prioridade, após os idosos, no recebimento da restituição do Imposto de Renda (IR). Cristovam afirmou, ao justificar a proposta, que é preciso criar mecanismos para beneficiar os setores que possam contribuir para a melhoria do ensino, e que os professores constituem "um pilar" para a educação.

O projeto (PLS 06/09) estabelece também que "o valor da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de um por cento no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte".

Para o senador pelo Distrito Federal, "não é possível melhorar a qualidade do ensino sem proporcionar melhores condições de trabalho e remuneração para os professores". Ele observa que é preciso criar incentivos, "para que bons profissionais optem pela carreira de magistério".

Na opinião de Cristovam, a proposta beneficia todo o sistema de ensino. A medida, disse o senador, não irá gerar custo para o Estado.

– Desse modo, estaremos estimulando a melhoria da educação no país sem gastar um único centavo dos cofres públicos – explicou.

Presença de substâncias de origem animal precisará constar da embalagem de alimentos e vestuários, conforme proposta de Expedito Júnior que beneficia consumidor

Identificação de componentes animais pode ser obrigatória

O PRIMEIRO PROJETO de lei do Senado de 2009 foi apresentado na última sexta-feira pelo senador Expedito Júnior (PR-RO) e prevê a ampliação dos direitos do consumidor. De acordo com o texto, os fabricantes de alimentos e de peças de vestuário ficam obrigados a identificar, nas embalagens ou nas etiquetas, os componentes de origem animal utilizados nos produtos.

Expedito Júnior pondera, na justificação do projeto (PLS 01/09), que a legislação em vigor preocupa-se "apenas com aspectos relevantes do ponto de vista nutricional e sanitário" dos produtos, deixando de fora o detalhamento sobre itens que podem afetar a decisão dos consumidores.

O senador cita o caso dos adeptos do veganismo, que defendem, entre os seus princí-



Informação vai ajudar na decisão de quem compra, diz Expedito Júnior

pios, o não consumo de produtos que tenham sido elaborados com matéria-prima de origem animal ou que tenham sido testados em animais. Os veganos não consomem nenhum tipo de carne, leite, mel e ovos nem usam produtos feitos com peles, couro, lã e seda.

De acordo com Expedito Jún-

ior, para que esses e todos os demais consumidores brasileiros possam exercer seu direito de escolha, é necessário que tenham os dados completos sobre a composição dos produtos. Para tanto, a proposta apresentada pelo parlamentar altera o artigo sexto do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) incluindo, no rol de direitos dos consumidores, "a informação sobre a existência de componentes de origem animal em alimentos e roupas".

A matéria foi enviada para a análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde aguarda designação de relator. A proposição poderá receber emendas dos senadores que integram a CMA e terá decisão terminativa no colegiado.



Alvaro Dias quer evitar que IR incida sobre participação em lucros

Alvaro defende benefício fiscal para trabalhador

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) quer estabelecer um tratamento tributário igualitário entre as parcelas de lucro recebidas por sócios e acionistas de empresas e as parcelas de lucro destinadas aos trabalhadores. A medida tem como objetivo evitar que o Imposto de Renda retido na fonte incida sobre a participação que os empregados têm no lucro das empresas. A iniciativa está sendo tratada em projeto de lei (PLS 175/08) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Essa mudança na Lei 10.101/00, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, vem aproximá-la da norma (Lei 9.249/95) que consagrou a integração tributária entre as rendas obtidas pela empresa e pelas pessoas físicas que fizeram aporte de capital ao empreendimento. Por meio dessa lei, os lucros e dividendos distribuídos aos sócios e acionistas deixaram de ser tributados. O benefício se amparou no argumento de que o lucro já fora, em etapa anterior, taxado no âmbito da pessoa jurídica.

"O objetivo do projeto é, exatamente, dar tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador. Assim procedendo, não apenas se estará fazendo justiça entre todos os que contribuíram para a formação do lucro, mas também se estará incentivando maior aceitação e disseminação do instituto, que é de extraordinária importância econômica e social", ressaltou Alvaro Dias na justificação da matéria.

Na CAS, a proposição tem como relator o senador Adelmir Santana (DEM-DF), devendo ser votada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Crivella propõe criação de agência para habitação

Os brasileiros poderão passar a contar com um órgão público – a Agência Nacional de Habitação (ANH) – voltado exclusivamente para a realização do sonho da casa própria. A criação da instituição está prevista em projeto de lei de caráter autorizativo, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a proposta (PLS 93/08), que deverá ser também apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, a ANH funcionará sob regime autárquico especial, vinculada ao Ministério das Cidades, mas com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O órgão exercerá as atribuições que competem a esse ministério como integrante do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (artigo 14, da Lei 11.124/05).

Entre os objetivos da instituição, destaca-se a formulação de políticas habitacionais e de regularização fundiária com vistas ao atendimento da demanda de mais de 7 milhões de moradias em todo o território nacional, salienta Crivella.



Crivella: órgão atenderia à demanda de mais de 7 milhões de moradias

"Ressalte-se ainda que o déficit, apurado pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], não inclui os domicílios em favelas ou outras situações de irregularidades, mas tão somente aqueles necessários para abrigar famílias sem-teto, oneradas por aluguéis excessivos em relação à renda, em situações de co-habitação, ou ainda que ocupem moradias em ruínas", explica o senador.

Ao justificar o projeto, Crivella afirma que desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, a área da habitação passou por um longo período de desarticulação e desestruturação, embora as suas

funções tenham sido repartidas entre o Banco Central e a Caixa Econômica Federal.

"Na prática, os programas habitacionais de iniciativa pública passaram à responsabilidade dos estados e, principalmente, dos municípios, quase sempre despreparados para o enfrentamento dos processos de regularização fundiária e de atendimento da demanda social por moradias."

Recursos

Segundo a proposta, relatada na CAS pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), a ANH também terá a função de propor ao Banco Central o estabelecimento de normas e a adoção de critérios referentes à operacionalização de contratos de crédito imobiliário destinados à habitação, bem como submeter à adoção de limites e regras para a aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Conforme o projeto, a agência receberá recursos do Orçamento da União e de doações, auxílios e subvenções, oriundos de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920



Gerardo Maggela

Projeto de Casagrande tramita na Comissão de Assuntos Econômicos

Compensação de débito previdenciário

Projeto que objetiva permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais está pronto para entrar na pauta de votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 699/07), de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator na CAE, Wellington Salgado (PMDB-MG), apresentou parecer pela aprovação da matéria. A proposta de Casagrande tramita em conjunto com o PLS 492/07, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que trata do mesmo assunto.

Renato Casagrande lembra, na justificativa, que a lei sobre legislação tributária federal e contribuições para a seguridade social (Lei 9.430/96) permite que débitos referentes a impostos ou contribuições possam ser compensados com créditos relativos a qualquer tributo.

Pela lei, tal benefício é assegurado apenas a crédito e débito de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Obstáculo

No entanto, explica o autor, a Lei da Super Receita (Lei 11.157/07) proíbe a compensação por declaração de débitos previdenciários com créditos de outros tributos, apesar de estarem sob a administração fiscal do mesmo órgão.

“A vedação cria obstáculo à extinção de créditos tributários, especialmente das empresas exportadoras, que acumulam créditos relativos a impostos e contribuições, mas não podem utilizá-los para pagar seus débitos perante o INSS. Com isso, perdem os contribuintes, assim como o próprio órgão previdenciário, principal interessado na extinção de seus créditos”, argumenta ainda Casagrande na justificativa.

Pela proposta, o impedimento expresso na Lei da Super Receita será revogado e o benefício, incluído no artigo 26 da Lei 9.430/96.

Iniciativa em exame na CCJ estende ao deficiente o mesmo princípio adotado na Constituição federal com relação a menores de 16 a 18 anos e a maiores de 70

Pessoa com deficiência pode ter direito a voto facultativo

A PRIMEIRA PROPOSTA de emenda à Constituição (PEC) apresentada em 2009 estabelece que pessoas com deficiência que tenham dificuldade de locomoção passem a ter direito de decidir pelo exercício ou não do voto em cada eleição. A iniciativa (PEC 1/09) é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto constitucional determina a obrigatoriedade do voto para os maiores de 18 anos, facultando o exercício desses direitos aos analfabetos, aos maiores de 70 anos e às pessoas que tenham entre 16 e 18 anos de idade.

– A razão dessas exceções



Proposta de Mozarildo Cavalcanti aguarda designação de relator

ao mandamento geral parece clara: o caráter facultativo do alistamento eleitoral e do voto é concedido ao eleitor que, por razões de idade ou escolaridade,

encontra dificuldade no exercício do direito do voto – justifica o parlamentar.

Para ele, o mesmo princípio cabe, por analogia, aos portadores de deficiência com dificuldade de locomoção cujos obstáculos ao exercício do voto, em alguns casos, superam aqueles encontrados por eleitores idosos.

Mozarildo Cavalcanti acredita que esse entendimento precisa ser explicitado na Constituição federal. Detalhes como a definição precisa de quais dificuldades de locomoção serão relevantes devem ficar a cargo de legislação ordinária ou de regulamentação a ser produzida pela Justiça Eleitoral, explica o parlamentar.

Proposta eleva a idade dos dependentes no IR

Já está pronto para ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) que eleva de 21 para 28 anos a idade dos dependentes para fins de declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Incluem-se como dependentes a filha, o filho, os enteados e o menor pobre criado pelo contribuinte e do qual detenha guarda judicial.

O projeto (PLS 145/08) também beneficia o irmão, o neto ou o bisneto – sem arrimo dos pais – até 28 anos, desde que o contribuinte detenha a res-



Neuto de Conto: filhos estão ficando mais tempo na dependência dos pais

pectiva guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente

para o trabalho.

A proposição ainda eleva de 24 para 32 anos, para fins de desconto no Imposto de Renda, a idade dos dependentes diretos que cursam nível superior ou escola técnica de segundo grau.

Em defesa da proposta de sua iniciativa, Neuto de Conto argumenta, na justificativa, que “atualmente, é normal que filhos permaneçam na dependência dos pais além dos 30 anos para que concluam os estudos, incluindo a graduação, o estágio prático e a pós-graduação”.

Mão Santa quer proteger recursos da Seguridade

Os rendimentos de receitas vinculadas à Seguridade Social ou dos recursos livremente destinados ao seu orçamento devem ser aplicados obrigatoriamente no custeio das despesas dessa área, onde figuram as ações que se destinam a garantir direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. É o que estabelece projeto de lei complementar do senador Mão Santa (PMDB-PI) encaminhado para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Atualmente, observa Mão Santa, esses rendimentos ficam retidos na Conta Única do Tesouro, engrossando o superávit primário – a economia feita pelo governo para pagar os juros da dívida pública.

O senador cita estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), com dados de 2007, trazendo a indicação de que mais de R\$ 25 bilhões repousavam na Conta Única, apesar da precariedade da saúde e da exclusão previdenciária.

– O projeto [PLS 477/08] tem o objetivo de contribuir para corrigir essa distorção e tentar cumprir o que é constitucionalmente assegurado, mas que indevida e injustamente não tem sido observado – explica o



Mão Santa diz que rendimentos são usados para aumentar o superávit

parlamentar.

Conforme o senador, o orçamento da Seguridade Social foi criado apenas para garantir o atendimento dos direitos sociais previstos na Constituição.

Repasse

Mão Santa argumenta que seu projeto é compatível com a preocupação dos constituintes em evitar que “as políticas de ajuste fiscal sacrificassem a área social”. Por essa razão, afirma, a lei que trata da organização da Seguridade Social e que instituiu seu plano de custeio (Lei 8.212/91) estabeleceu que as contribuições criadas para financiar as ações sociais deveriam ser entregues aos órgãos da área a cada dez dias.

– Partia-se do pressuposto

de que esses recursos não se prestavam ao entesouramento, na prática não pertenciam ao Tesouro, mas aos órgãos responsáveis pela Seguridade – analisa.

No entanto, observa Mão Santa, além da retirada de recursos por meio do mecanismo da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) e “outros tipos de desvios”, a parcela destinada à remuneração, referente ao período em que as contribuições que financiam a Seguridade acabam retidas na Conta Única, aí permanece depois do repasse dos recursos arrecadados junto aos contribuintes.

O senador salienta que a forma de apresentação da peça orçamentária impede saber qual parcela dos recursos atrelados à fonte Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional origina-se dos rendimentos dos recursos de fontes próprias da Seguridade ou que tenham sido destinados à área.

No entanto, Mão Santa assinala que é possível fazer projeções com base no percentual de recursos que as leis orçamentárias anuais normalmente destinam à Previdência e à Assistência, situado em torno de 30% da soma dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



Gerardo Maggela

Camata quer evitar tragédias provocadas por magreza excessiva

Projeto visa proibir modelos magras demais

Diante dos incidentes graves envolvendo modelos de magreza excessiva, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto para proibir a exibição pública de modelos – em fotografia, vídeo ou desfile – com peso abaixo do recomendado pelas normas de saúde.

Pela proposta (PLS 691/07), em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o responsável por eventos com finalidade comercial ou promocional, concursos ou desfiles, não deve apresentar modelos com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18, sob pena de arcar com multa que pode chegar a R\$ 5 milhões. A produção de peças publicitárias e demais atividades com participação de modelos estará sujeita às mesmas restrições.

Em sua justificativa, Camata lembra que a Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza o IMC – peso em quilos dividido pelo quadrado da altura em metro – para avaliar o perfil nutricional de adultos de ambos os sexos e detectar problemas de subnutrição ou obesidade. O IMC abaixo de 18,5 pode colocar o indivíduo em risco de saúde, adverte o autor do projeto.

Subnutrição

O senador afirma ainda que as agências de modelos costumam exigir “IMC de subnutrição” dos modelos para desfiles e eventos, o que pode afetar a saúde. Além disso, trata-se de péssimo exemplo para milhares de adolescentes e adultos que, ao procurar seguir esse padrão de beleza, também colocam em risco seu bem-estar.

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Delegado brasileiro no Mercosul explicou a representantes do país no Parlamento do bloco o que governo pretende fazer sobre reivindicações do Paraguai em relação a usina

Senadores ouvem propostas do governo sobre Itaipu

OS INTEGRANTES DA Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reuniram-se na tarde de ontem com o delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi) e ao Mercosul, Regis Arslanian.

No encontro, o embaixador relatou as propostas do governo brasileiro em resposta às reivindicações dos paraguaios relacionadas à usina de Itaipu. As propostas são o aumento do fator de multiplicação utilizado para o cálculo do valor da energia a ser pago pelo Brasil ao Paraguai, a criação de um fundo de desenvolvimento e a abertura de linha de crédito, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a construção de uma linha de transmissão de energia entre Itaipu e Assunção.

Estavam presentes à reunião os senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), Romeu Tuma (PTB-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Em entrevista após a reunião, Tuma manifestou a opinião de que o assunto Itaipu não deve ser tratado no Parlamento do Mercosul porque se trata de uma questão bilateral.

Presidência

Na véspera de deixar o cargo, o presidente do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha, concedeu entrevista ontem em que afirmou que um grupo de alto nível deverá começar em março a trabalhar na regulamentação de um mecanismo de consulta parlamentar. A adoção desse mecanismo, previsto no protocolo de criação do Parlamento, permitirá que a instituição examine as normas editadas pelo Conselho do Mer-



Dr. Rosinha (C) em reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

gado Comum (CMC), formado pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países que compõem o bloco, antes que as matérias sejam submetidas ao Parlasul. Além de fortalecer o Parlamento do Mercosul, a iniciativa irá acelerar a aprovação das normas, uma vez que, com o aval do órgão legislativo regional, elas terão tramitação abreviada nos Congressos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A formação desse grupo foi apontada por Dr. Rosinha como uma das grandes vitórias da instituição em 2008.

Dr. Rosinha disse também que um dos objetivos traçados por ele ao assumir a Presidência do Parlamento era construir a representatividade da instituição, com base no critério populacional, ainda que atenuado. Não houve consenso ainda sobre a questão. Mas até o dia 30 de março, conforme acordo feito em dezembro passado, haverá uma reunião da Mesa do Parlamento do Mercosul com os chanceleres dos quatro países do bloco para a busca de um entendimento sobre a questão do tamanho da bancada de cada

país. Até 30 de junho, deverá haver uma definição sobre o assunto no Parlamento.

O deputado disse também que, desde que assumiu o cargo, o número de acessos ao site da instituição aumentou 77% e a presença do Parlamento na mídia superou o dobro do que era registrada anteriormente. Com isso, o deputado diz ter atingido o objetivo mais importante que tinha ao assumir a Presidência: o de dar visibilidade, publicidade e respeitabilidade a uma instituição nova e pouco reconhecida.

Dr. Rosinha afirmou que, para divulgar o Parlamento do Mercosul, adotou algumas medidas: representou a instituição em todos os eventos para os quais era convidada pela sociedade civil, atuou por duas vezes como observador eleitoral, na Bolívia, e cuidou da estruturação da Secretaria de Comunicação do órgão.

Durante a gestão de Dr. Rosinha (junho de 2008 a janeiro de 2009), houve dez sessões, além de audiências públicas, visitas e seminários. Nas sessões plenárias, os parlamentares aprovaram 28 disposições, 16 declarações e 11 recomendações.

Marco Maciel sugere informação como ferramenta para aprimorar democracia

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou a visita do professor polonês Adam Przeworski ao Brasil, em 1995, quando ele disse que há mais de dois séculos não se cria nenhuma nova instituição democrática.

– Tudo o que conhecemos de democracia, e seguimos copiando, foi concebido há 200 anos. A melhor forma que se conhece de democracia é exercê-la através de eleições livres. Isso é muito bom, mas todavia não basta – disse o senador, citando Przeworski.

Marco Maciel lembrou, entretanto, que a era da informação trouxe a todos a oportunidade de se manterem informados sobre o desempenho dos representantes políticos, seja nas cidades, nos estados ou no Congresso Nacional.

– Instrumentalizar esses canais



Maciel diz que há 200 anos não surge uma nova instituição democrática

de informação, que são interativos, só nos ajudará a encurtar nosso caminho entre a democracia representativa que temos e a democracia participativa que queremos – observou.

O senador afirmou que os brasileiros têm de se unir em torno de interesses legítimos,

sem renunciar às ideias nas quais acreditam. Só assim, para ele, será possível aprimorar a democracia, aperfeiçoar os partidos e fazer da representação política “a expressão de nossas aspirações por um país mais próspero, um regime mais justo e estável e uma sociedade mais solidária”.

No mesmo pronunciamento, o senador apresentou requerimento de pesar pelo falecimento do engenheiro químico e empresário Edson Mororó Moura, 79 anos, em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife. O dono da Baterias Moura morreu no último dia 15. Marco Maciel também se associou ao voto de pesar apresentado por Mão Santa (PMDB-PI) pelo falecimento do ex-senador Chagas Rodrigues, no último fim de semana.

Gilvam anuncia negociações com o BNDES para obras no Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) informou que estão sendo iniciadas negociações entre o governo do Amapá e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que poderá emprestar cerca de R\$ 600 milhões para obras de infraestrutura no estado.

A verba deverá, entre outras coisas, bancar o asfaltamento de partes de rodovias estaduais que ligam a capital, Macapá, ao interior, entre elas as AP-10, AP-40 e AP-70.

Os recursos também bancarão obras que ligam cidades a rodovias maiores, beneficiando Itaúbal, Pracuúba, Calçoene e Amapá. A ligação entre Vitória do Jari e Laranjal do Jari deve fazer parte do financiamento, assim como o término da ponte sobre o rio Vila Nova, acrescentou Gilvam.

No final de semana, o senador participou, junto com outros políticos do estado, de uma caminhada na região do rio



“O estado se prepara para o progresso”, afirma Gilvam Borges

Pacuí, para reivindicar apoio a projetos de desenvolvimento. Depois que o governo federal anunciou o repasse de terras ao Amapá, “o estado se prepara para o progresso”, disse.

Gilvam Borges comunicou a liberação de mais verbas do governo federal para municípios do Amapá, mencionando valores e números das contas beneficiados.

Mário Couto alerta para altos índices de violência no Pará

“A onda de violência a cada momento deixa uma família paraense de luto”, afirmou Mário Couto (PSDB-PA). A gravidade da situação, disse o senador, justifica a retomada do assunto “angustiante”, sobre o qual fez vários discursos no ano passado.

– Nós, senadores, precisamos falar disso com insistência e cobrar ação do governo e do Ministério Público – conclamou.

Ao falar sobre o quadro da segurança pública em seu estado, Mário Couto disse que o jornal *O Liberal* de ontem trazia reportagem com “números alarmantes”: em janeiro foram registradas 106 mortes violentas no Pará, sendo 78 assassinatos. “Só as mortes de janeiro deste ano superam todas as ocorrências do segundo semestre de 2008”, informou.

O senador cobrou medidas para resolver o problema por parte da governadora Ana Júlia Carepa (PT), já que, só no ano passado, o número de crimes registrados teria crescido 40%. Ele informou que um parente



Mário Couto: em janeiro, assassinatos superaram todo o semestre anterior da governadora também foi assassinado.

– Ao contrário do que diz a governadora, a culpa não é dos governos anteriores. Ela tem de assumir a responsabilidade.

Mário Couto disse ainda que a governadora reabilitou o delegado-geral da Polícia Civil do estado, Raimundo Benassuly, o qual havia sido afastado do cargo depois de chamar de “débil mental” uma adolescente presa com homens numa cela da cidade de Abaetetuba. “O Pará está sem rumo”, concluiu.

Crivella diz que habitação deve ser prioridade para o governo

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) chamou a atenção para o que ele intitulou de crise mundial de habitação. Ele disse ontem que o Brasil precisa implementar o chamado Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e também uma agência reguladora de habitação, que poderiam auxiliar o país a enfrentar o problema. De acordo com Crivella, a cidade do Rio de Janeiro tem cerca de mil favelas dentro de sua região metropolitana.

O senador lembrou que um dos motivos que desencadeou a atual situação financeira internacional foi a crise imobiliária

nos Estados Unidos, que fez os preços dos imóveis naquele país despencarem, impulsionando a crise financeira em todo o mundo.

– A crise chega ao Brasil atingindo as famílias, sobretudo as mais pobres, com o desemprego – disse o senador.

Na opinião de Crivella, a questão habitacional deve ser uma das prioridades dos governantes brasileiros.

– Não há nenhuma razão para que o povo brasileiro, a essa época do nosso desenvolvimento, more em favelas, em barracos, em assentamentos indignos – opinou Marcelo Crivella.